



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE**

**KÉSIA CAROLINE DA SILVA**

**INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

ARIQUEMES - RO

2018

**Késia Caroline Da Silva**

**INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Monografia apresentada ao curso de Educação Física da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

Prof. Orientador: Esp. Oswaldo  
Homero Garcia

Ariquemes - RO

2018

**Késia Caroline Da Silva**

**INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS  
AULDA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Monografia apresentada ao curso de Educação Física da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como requisito parcial a obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Orientador. Esp. Oswaldo Homero Garcia  
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

---

Prof. Ms. Leonardo Afonso Manzano  
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

---

Prof. Ms. Yuri de Lucas Xavier Martins  
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Ariquemes, 29 de Junho de 2018

## DEDICATÓRIA

A minha família, pelo apoio e incentivo desde o início.

Aos meus professores, pela dedicação.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me abençoado de chegar até aqui, pois sem ele nada disso estaria se realizando.

Aos meus pais, por sempre me incentivarem nos estudos

A minhas irmãs, que sempre me apoiaram.

E aos meus amigos Jackeline, Renan e Diogo, que me ajudaram nas horas mais difíceis e ao meu namorado querido que nunca me deixou desanimar Aralan.

## EPÍGRAFE

Não há como conciliar democracia com as sérias injustiças sociais,  
As formas variadas de exclusão e as violações reiteradas aos direitos  
humanos que ocorrem em nosso país.

Fernando Henrique Cardoso

## RESUMO

A Educação Física escolar surge da ideologia estatal, que na escola busca atingir uma população que não tem acesso. No militarismo, não era diferente. Muitos indivíduos eram treinados para a guerra e para prática desportiva. Neste estudo será mostrado desde a história de como surgiu a Educação Física Especial e como as pessoas com deficiência eram tratadas. No decorrer do estudo serão mostrados, também, sobre os tipos de deficiências mais comuns no âmbito escolar, sobre as leis que falam dos direitos dos deficientes e, além disso, sobre a função do professor de Educação Física na inclusão social com os demais alunos.

**Palavras-chave:** Deficiência, Âmbito escolar, Inclusão social.

## RESUMEN

La Educación Física escolar surge de la ideología estatal, que en la escuela busca alcanzar una población que no tiene acceso, en el militarismo no era diferente, muchos individuos eran entrenados para la guerra y para la práctica deportiva. En el siguiente estudio se mostrará desde la historia de cómo surgió la educación física especial y cómo las personas con discapacidad eran tratadas. En el curso del estudio se mostrará también sobre los tipos de discapacidad más comunes en el ámbito escolar, sobre las leyes que hablan del derecho de los discapacitados y hablando sobre la función del profesor de educación física.

**Palabras-clave:** Discapacidad, Ámbito Escolar, Inclusión social.



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 OBJETIVO GERAL.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>11</b>
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>12</b>
<b>4. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>13</b>
<b>4.1 DEFINIÇÃO DE DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>13</b>
<b>4.2 COMO ACONTECEU ESTE PROCESSO? PERCORRIDO HISTÓRICO. 13</b>	
<b>4.3 ALGUMAS DEFICIÊNCIAS MAIS COMUNS NA POPULAÇÃO BRASILEIRA. ....</b>	<b>15</b>
<b>4.3.1 Deficiência Intelectual.....</b>	<b>15</b>
<b>4.3.2 Deficiência Visual.....</b>	<b>16</b>
<b>4.3.3 Deficiência Auditiva .....</b>	<b>17</b>
<b>4.3.4 Deficiência Física .....</b>	<b>18</b>
<b>4.3.4.1 Lesão Medular.....</b>	<b>18</b>
<b>4.3.4.2 Lesão Cerebral.....</b>	<b>19</b>
<b>4.4 SÍNDROME DE DOWN .....</b>	<b>19</b>
<b>4.5.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos .....</b>	<b>20</b>
<b>4.5.2 Convenção sobre os Direitos da Criança.....</b>	<b>21</b>
<b>4.5.3 Declaração de Salamanca .....</b>	<b>21</b>
<b>4.6 QUAL A FUNÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO NA INCLUSÃO SOCIAL.....</b>	<b>22</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## INTRODUÇÃO

A história da Educação Física, especialmente no Brasil, foi norteadada por princípios higienistas das escolas. O higienismo criava hábitos de saúde na população, que seriam passados de geração em geração. Cabe destacar que os militares assumiram as aulas de Educação Física, influenciando nos métodos ginásticos, formação de instrutores e dos valores físicos.

Segundo Sasaki (1997), a inclusão social vem crescendo e se efetivando nos países desenvolvidos desde os anos 80. De acordo com Aguiar (2005), a Constituição da República Federativa de 1988 aumentou os números de estudos voltados para área da educação especial. Ainda segundo o autor, no campo de educação formal, tais estudos iniciaram de forma mais sistemática, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996.

A Educação Física escolar surge da ideologia estatal, que na escola busca atingir uma população que não tem acesso. No militarismo não era diferente, muitos indivíduos eram treinados para a guerra e para a prática desportiva. (OLIVEIRA et al., 2015).

Vários acontecimentos foram decisivos para a exclusão de alunos que eram “incapazes” de praticar atividades propostas nas aulas de Educação Física, em especial alunos com algum tipo de deficiência.

Segundo o autor Mazini Filho et al., (2009), após uma pesquisa pela história da Educação Física, ele ressalta que as pessoas com deficiência foram totalmente excluídas das aulas.

Recentes estudos apontam um avanço significativo em relação ao processo de inclusão de pessoas deficientes dentro da sociedade, seja pelo cumprimento da lei ou pela inserção e capacitação dos mesmos no mercado de trabalho. (NEVES-SILVA, 2015).

A escola não está ausente neste processo. Sendo assim, dentro das escolas deve conter cuidadores e salas especializadas para o atendimento individualizado de crianças com deficiência, seja cognitiva ou motora (WEBER; BENETTI, 2012).

Este estudo pretende abordar este assunto devido à experiência dentro dos estágios supervisionados, onde grande parte dos alunos que tem deficiência poucas vezes fazem atividades físicas dentro das aulas regulares, e, muitas vezes, ficam com a professora auxiliar que fica especialmente para ajudar esses alunos.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Apresentar a importância da inclusão social dos alunos com deficiência, nas aulas de Educação Física.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- ✓ Apresentar o processo de surgimento e desenvolvimento da Educação Física Especial no mundo e Brasil;
- ✓ Discorrer sobre conceitos associados à deficiência;
- ✓ Abordar leis existentes relacionadas com a pessoa com deficiência;
- ✓ Mostrar o processo de inclusão social de alunos com deficiência;
- ✓ Identificar diversas deficiências apresentadas nas pessoas;
- ✓ Citar as principais dificuldades encontradas dentro do processo de inclusão na escola, principalmente, nas aulas de Educação Física no Brasil;
- ✓ Resumir atividades aplicadas pelo professor de Educação Física para diferentes tipos de deficiências;

### **3. METODOLOGIA**

No presente estudo é feita uma revisão bibliográfica a partir de diferentes teóricos, tanto presentes na Biblioteca Júlio Bodinho, da Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA), como em sites e artigos científicos afins, dentre os anos de 2010 a 2017, contendo conteúdos sobre alunos com deficiências e a forma de incluir todos nas aulas de Educação Física.

Portanto, esse trabalho será ponderado como era a Educação Física Especial (EFE) no seu início, quais as leis que favorecem os alunos com deficiência e os seus direitos no ambiente escolar. Será falado, também, das principais deficiências encontradas na escola e o que o professor de Educação Física está fazendo para ajudar esses alunos para terem uma inclusão social no âmbito escolar.

## **4. REVISÃO DE LITERATURA**

### **4.1 DEFINIÇÃO DE DEFICIÊNCIA**

Segundo Glat (1995), deficiência é uma categoria inerente de limitações que não só restringe limitações orgânicas, mas também gera limitações psicossociais e a relação de pessoas deficientes com as pessoas ditas normais.

A deficiência é toda ou qualquer perda fisiológica ou anatômica que gere incapacidade ao ser humano, impedindo de realizar as atividades do dia a dia. (BRASIL, 1999).

A pessoa com necessidades educacionais especiais são aquelas que possuem alterações severas no físico, na parte intelectual, emocional ou sociocultural, são indivíduos que necessitam de uma maior atenção para realizar atividades.

Pode ser definida como restrição mental, física ou sensorial permanente ou passageira que limita o indivíduo a exercer uma ou mais atividades do cotidiano, com aumento devido ao ambiente econômico e social que ele se encontra.

Deficiência é uma perda fisiológica que a criança nasce com uma deficiência anatômica, fisiológica ou mental.

### **4.2 COMO ACONTECEU ESTE PROCESSO? PERCORRIDO HISTÓRICO**

Para se falar da história de pessoas com deficiência, é preciso iniciar com uma questão levantada por Bianchetti (1995): “(...) de que tipo de corpo, cada classe (grupo, casta, etc.) dominante, nos diferentes momentos históricos, precisou, valorizou, estabeleceu como modelo padrão?”.

Antigamente, na vida nômade, pessoas com deficiência não eram consideradas parte da sociedade, mas sim uma pessoa a mais para ser carregada, pois os portadores de deficiências não sabiam se defender, arranjar abrigo e nem comida. Carvalho (2000) cita que antes as pessoas com

deficiência eram sacrificadas, como um mal a ser evitado; privilegiados, como detentores dos poderes; perseguidos e evitados, como possuídos pelo demônio ou por representantes do mal.

Ressaltando a Grécia antiga, o corpo era algo padrão e tinha que ser perfeito aos olhos dos deuses gregos, sendo o protótipo do homem grego. Lopes (2013) cita que na Grécia antiga, os deficientes eram chamados de fracos, incompletos, imperfeitos.

Em Esparta, o corpo também era cultuado, pois os homens tinham que participar de guerras e saírem vitoriosos delas, para manter condição física, tinham que praticar ginástica, dança e lutas. A estética era muito valorizada por eles, quando nasciam crianças com deficiência os pais abandonavam seus filhos ou os eliminavam, porque os deficientes eram incapazes de seguir o modelo padrão.

Segundo Bianchetti (1995), em Atenas, o corpo era entregue ao ócio e ao pensamento, tendo em vista as necessidades básicas supridas pelo trabalho escravo, o homem foi dividido em corpo e mente sendo a mente a parte que se encarrega de governar e mandar, já o corpo era submetido ao trabalho escravo e a tarefas degradantes.

Só a partir das décadas de 1960 e 1970 que a legislação brasileira começa a se preocupar com o atendimento educacional de pessoas com deficiência, chegando à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996 e à Resolução 2/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, que instituiu as diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

No Brasil, instituições como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a Sociedade Pestalozzi, o Instituto Benjamin Constant (para cegos) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos – antigo Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, são exemplos de pioneirismo no atendimento aos alunos com deficiência.

### **4.3 ALGUMAS DEFICIÊNCIAS MAIS COMUNS NA POPULAÇÃO BRASILEIRA.**

As deficiências mais comuns que encontramos no âmbito escolar são: deficiência intelectual, física, auditiva e visual.

#### **4.3.1 Deficiência Intelectual**

São limitações no funcionamento intelectual da pessoa e no comportamento. Algumas características que são importantes saber, por exemplo:

- O desenvolvimento motor é distinto;
- No processo de brincar com pessoas ou objetos, apresenta lentidão;
- São lentos no processo de cuidado com as pessoas, na alimentação própria e na sua higienização.

A avaliação do aluno para as aulas de Educação Física deve considerar os pontos onde se apresenta maior e menor dificuldade. A partir daí, definir que meios utilizar nas aulas, sem deixar de fazer um plano individualizado que leve em conta às verdadeiras necessidades e inclusão de cada aluno. (DA COSTA; SOUSA, 2004).

É muito importante para o professor de Educação Física apropriar de testes motores e psicomotores que identifiquem a idade motora do aluno. É necessário também conhecer com profundidade as etapas do desenvolvimento humano para que possa propor atividades compatíveis com sua condição, visando à superação de suas limitações, dentro das condições apresentadas.

Além disso, conforme discutido por Carvalho e Maciel (2003), o apoio apresentado ao aluno reflete a expressão das limitações no funcionamento individual dentro do contexto social. Essa condição não é estável, mas transformacional, dependendo das limitações funcionais da pessoa e dos apoios disponíveis no ambiente; e pode ser minimizado a partir do provimento de intervenções, serviços ou apoios que focalizam a prevenção, a aquisição de



habilidades adaptativas e o estabelecimento de papéis socialmente valorizados para a pessoa.

Segundo Valenga (2014), a Educação Física é de grande importância para o desenvolvimento motor e para a relação social dos deficientes intelectuais.

A pessoa com deficiência intelectual tem condições totais de estudar e praticar atividade física. Um bom exemplo de deficiência intelectual é a Síndrome de Down, que por vezes seus portadores conseguem se inserir no meio social normalmente, como qualquer outro indivíduo.

#### **4.3.2 Deficiência Visual**

A deficiência visual compreende a perda da capacidade de ver e interpretar as imagens, sendo uma interpretação dependente da função cerebral de receber, decodificar, selecionar e armazenar as imagens e experiências anteriores.

Um termo utilizado para descrever pessoas com dificuldades ou que necessitam de adaptações para enxergar normalmente, são divididos em dois grupos: baixa visão e cegueira.

- Indivíduo com baixa visão: os indivíduos que apresentam condições de indicar projeção de luz até o grau e que a diminuição da acuidade visual diminui ou limita seu desempenho do indivíduo.
- Indivíduos com cegueira: indivíduo com ausência total da visão que perdeu a projeção da luz, que precisa do método braile para se alfabetizar.

O processo de inclusão social, segundo Camargo, Nardi e Veraszto (2008) têm dificuldades encontradas pelos professores e alunos. Em relação ao sistema educacional, destaca-se principalmente: recursos instrucionais utilizado nas instituições públicas; o conteúdo ensinado e o perfil de comunicação na sala de aula.

#### **4.3.3 Deficiência Auditiva**

Significa perda total ou parcial da audição, que se pode distinguir como surdez parcial, divididas em leve ou moderadas, e surdez severa e profunda. A classificação de surdez é mostrada em apostila do Ministério da Educação (BRASIL, 2006), que considera:

- Surdez leve: perda da audição em até quarenta decibéis. Essa perda impossibilita que o indivíduo perceba a voz fraca ou distante e os fonemas das palavras;
- Surdez moderada: é a perda auditiva que apresenta entre quarenta e setenta decibéis. Essa limitação faz com que a percepção das palavras, seja em certa intensidade de voz para que seja entendida. Esse nível de surdez faz com que a pessoa tenha dificuldade de compreender alguns termos de relação e frases gramaticais complexas;
- Surdez severa: O indivíduo perde a audição entre setenta e noventa decibéis. Esse tipo de surdez pode identificar ruídos semelhantes e pode identificar algumas vozes fortes, um indivíduo com esse nível de surdez pode chegar entre 4 ou 5 anos sem aprender a falar ;
- Surdez profunda: perda auditiva superior a noventa decibéis. Essa perda auditiva é a mais grave pode privar qualquer informação auditiva importante para compreender e identificar a voz humana, dificultando-o a adquirir a linguagem oral.

Nas aulas de Educação Física, o professor deve estar atento para entender e se fazer entender pelo aluno surdo, propondo as mesmas atividades que propõe para os demais alunos. Contudo, deve se atentar a possíveis problemas de equilíbrio e ritmo, os quais devem ser ajustados com proposições de atividades compatíveis com sua condição.

O problema mais significativo dos surdos com relação à sua aprendizagem é a comunicação. Por isso, o professor deve estar atento à linguagem corporal do seu aluno, buscando compreender as suas expressões e posturas e permitindo que o aluno também compreenda o professor.

É importante também que o professor, mesmo atuando na área de Educação Física, tenha conhecimento, ainda que básico, da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A criança surda no ambiente escolar é discriminada como qualquer outra pessoa com deficiência, pois ela não tem necessidades de comunicação através da oralização. Sua necessidade é sanada pela língua de sinais, contudo muitos não têm consciência que a língua de sinais é algo extremamente importante para que haja interação do meio social com esses indivíduos.

#### **4.3.4 Deficiência Física**

As doenças ou as lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo o segmento corporal afetado e o tipo de lesão ocorrida (BRASIL, 2006).

A deficiência física é uma lesão no aparelho locomotor que compreende o sistema osteoarticular, acoplado sistema muscular e nervoso. Essa deficiência acontece devido a fatores como: má formação congênita, lesão cerebral e medular, distúrbios posturais da coluna (lordose, escoliose, cifose).

##### **4.3.4.1 Lesão Medular**

Segundo Werner (1994), a lesão medular geralmente é causada por acidentes que quebram e danificam gravemente feixe central de nervos no pescoço ou nas costas.

A lesão medular é mais frequente nos adultos, nos adolescentes e nas crianças maiores e para explicá-la precisamos entender a composição do sistema nervoso: cérebro, cerebelo e nervos que têm como “linha-tronco” a medula espinhal – esta é considerada o sistema de comunicação do corpo.

##### **4.3.4.2 Lesão Cerebral**

Segundo Werner (1994), lesão cerebral é uma deficiência que atinge os movimentos e a postura do corpo. Origina-se de lesão que ocorreu no cérebro antes, durante ou após o nascimento do bebê.

Somente algumas partes do cérebro são danificadas, principalmente as que controlam os movimentos. Depois de danificadas, essas partes do cérebro jamais se recuperam, mas também não pioram. No entanto, os movimentos, a postura corporal e os problemas a eles relacionados podem melhorar ou piorar, dependendo da forma como cuidamos da criança e também da extensão da lesão no cérebro.

#### **4.4 SÍNDROME DE DOWN**

A Síndrome de Down (SD), segundo Capone (2004) e Pueschel (1999), é a condição crônica que traz múltiplos desafios não só à criança, mas sim a toda sua família. É uma desordem cromossômica, a trissomia do cromossomo 21, cuja frequência é de 1:750 nascidos vivos, tendo como risco preponderante a idade materna avançada (35 anos).

Nas primeiras horas de vida o diagnóstico clínico pode ser realizado pelas características fenotípicas e, assim posteriormente, confirma a análise citogenética do cariótipo nas células de metáfase.

Segundo Pueschel(1999) e Schwartzman (1999) o portador de SD pode apresentar características físicas bem pontuais, como por exemplo, baixa estatura, mãos pequenas e até mesmo cardiopatia congênita. Contudo, nem todos os portadores de SD possuem tais características.

No Brasil, a educação inclusiva que visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, a qual garante a todos o direito à igualdade (art.5º). No seu artigo 205, trata do direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2018). A Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015) visa eliminar todas as formas de discriminação contra a pessoa portadora de deficiência e ainda deixa clara a falta de

impossibilidade de tratamento desigual aos deficientes. Paralelamente a estes documentos, segundo o Ministério da Educação (BRASIL, S.D.), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, diz em favor dos movimentos de se ter uma educação inclusiva, deixando clara a situação de uma igualdade de direitos entre os cidadãos.

## **4.5 CRIAÇÃO DE LEIS QUE FAVORECEM ESTE PROCESSO**

### **4.5.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos**

Em 1948 a Organização das Nações Unidas (ONU), garantiu a educação para qualquer pessoa, independente das origens e condições sociais. Segue os seguintes princípios:

- Todo indivíduo é elemento precioso, independente da idade, sexo, nível mental, condições emocionais e antecedentes culturais que a pessoa possui, ou grupo étnico, nível social e fé. Seu valor é essencial à natureza do ser humano e as riquezas que traz em si;
- Todo ser humano obtém o direito à educação. A educação deve ser gratuita, ou no mínimo referente ao ensino elementar fundamental.

Considerando os princípios citados, segundo Carvalho Braga e Dusi (2006) "(...) a Declaração apresentada assegura que os indivíduos com deficiência obtêm os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, a educação fundamental, ao desenvolvimento individual e social, e também a livre participação na vida da comunidade."

### **4.5.2 Convenção sobre os Direitos da Criança**

O MEC/SEESP (2001), comenta sobre os direitos de pessoas com necessidade educacionais especiais, mencionando que todos os estudantes devem ser matriculados normalmente, devendo as escolas se organizarem

para receber os alunos especiais e oferecerem uma educação de qualidades para todos.

A criança portadora de deficiências físicas ou mentais tem o direito de desfrutar de uma vida plena e com condição adequada para seu tipo de deficiência, favoreçam sua autonomia e facilitem sua participação ativa na comunidade.

#### **4.5.3 Declaração de Salamanca**

A declaração de Salamanca foi criada na Espanha em 1994 na Confederação Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, teve participação de 92 países incluindo o Brasil, com o objetivo de obter a educação para todos, sendo um dos documentos mais importantes para o desencadeamento para o processo de inclusão para pessoas deficientes. (BRASIL, S.D.). Algumas proclamações:

- As crianças com necessidades especiais dentro da escola necessitam de um acesso à educação regular, que precisaria acomodá-los dentro de um aprendizado especializado para a criança ser capaz de suprir a tais necessidades.
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

#### **4.6 QUAL A FUNÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO NA INCLUSÃO SOCIAL**

Hoje em dia, o professor de Educação Física é um dos elementos mais importantes para a inclusão social de alunos com deficiência, pois, muitas

vezes, é nas aulas que os alunos vão interagir uns com os outros e cabe ao professor ajudá-los.

Um aluno com deficiência intelectual, por exemplo, sempre será o último a ser escolhido ou, às vezes, nem será, pois, para os outros alunos, ele é um peso que terá que ser carregado. São nesses momentos que o professor tem que ter uma estratégia para fazer com que os demais alunos entendam que ele pode ter uma anormalidade fisiológica, mas nada o impede de tentar fazer as atividades.

A aula de educação física pode ser um meio para o aluno deficiente além de tentar ter a sua inclusão na aula, tentar ser incluso pela sociedade. Isso ocorre através das leis que os apoiam, mostrando para a sociedade que uma anormalidade fisiológica não é uma doença. Assim o aluno deficiente vai tendo sua inclusão social, tanto na escola como na sociedade.

As políticas educacionais inclusivas não deixam claras as ações estruturais e pedagógicas precisa para a efetivação da inclusão escolar, assim, os alunos com deficiência estão excluídos do processo de ensino e de aprendizagem eficiente e de qualidade.

Segundo Seabra Júnior (2006) a ação educacional do professor de Educação Física influencia positivamente o processo de inclusão de alunos com deficiência. Seabra Júnior (2006) afirma ainda que o professor de educação física é o elemento mais importante, e decisivo, no processo de inclusão, dentro do ambiente escolar.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho foi pesquisado o processo de inclusão social que o professor de educação física deve trabalhar com os alunos com deficiência nas aulas.

Foi visto que ao longo do tempo houve o avanço de leis de inclusão social do sujeito com deficiência física, o qual há séculos sofre com o preconceito e falta de acessibilidade, em especial no âmbito da educação.

A Educação Física Escolar é ferramenta essencial para o processo de inclusão do indivíduo com deficiência, haja vista que essa tem grande potencial de socialização, contemplando os indivíduos, independente da deficiência.

Existe a necessidade de mais estudos para contemplar as necessidades do indivíduo portador de deficiência no âmbito escolar, a fim de buscar estratégias inclusivas neste público.



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, E. D, EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA. **Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Mai.-Ago. 2005, v.11, n.2, p.223-240**
- ANDRADE, J.M.A, FREITAS, A.P; POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA. Movimento, Porto Alegre, v. 22, n. 4, 1163-1176, out./dez. de 2016.
- BIANCHETTI, L. Aspectos Históricos da Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial.** v. 3, 1995.
- BUENO, J.G.S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial.** [S.L.], v. 5, [S.D.].
- BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. S.D. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 junho 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Brasília, 1999.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Educação Infantil:** saberes e práticas da inclusão - dificuldades de comunicação e sinalização – surdez. Brasília, 2006.
- BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Brasília, 2015.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 2018
- CAMARGO, E.P.; NARDI, R.; VERASZTO, E.V. A comunicação como barreira à inclusão de alunos com deficiência visual em aulas de óptica. **Revista Brasileira de Ensino de Física,** São Paulo, v.30, n.3, p.3401-3410, 2008.
- CAPONE, G.T. Down Syndrome genetic insights and thoughts on early intervention. **Infants Young Child.,** v.1, n.1. p. 45-58, 2004.

CARVALHO, E.N.S. **Educação Especial**: tendências atuais. Boletins – TVE, Brasil, 2000.

CARVALHO, E.N.S.; MACIEL, D.M.A. Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation – AAMR: sistema 2002. **Temas em Psicologia da SBP**. v. 11, n. 2, p. 147-156, 2003.

CARVALHO, E. N. S., BRAGA, I. S., e DUSI, M. L. H. M. **Orientação Pedagógica**: Deficiência Mental. Brasília: SEEDF, 2006.

CIDADE, R.E. Educação Física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista INTEGRAÇÃO – MEC**. [S.L.], [S.D.]. No prelo.

DA COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, 2004.

SILVA WEBER, V.L.; B., L. B. A EFICIÊNCIA DAS SALAS DE RECURSOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DE APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-RS. **Revista Monografias Ambientais**, v. 8, n. 8, p. 1900-1915, 2012.

GALVÃO, Z. Educação Física Escolar: a prática do bom professor. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. [S.L.], ano 1, n. 1, p. 65-72, 2002.

LUIZ, F. M. R. et al. A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA REDE REGULAR DE ENSINO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.14, n.3, p.497-508, 2008  
<http://producao.usp.br/handle/BDPI/11424>

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiência**: uma reflexão. 3. ed. Editora 7 letras, 1995.

MARQUES, H. *et al.* Percepção de professores e gestores de educação sobre a inclusão de crianças com deficiência visual. **SALUSVITA**, Bauru, v. 36, n. 1, p. 7-21, 2017.

MAZINI FILHO, M. L. et al. A importância das aulas inclusivas de Educação Física para os portadores de deficiência. **Revista Digital - Buenos aires**. Ano 14, n. 139, Dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. 2001.

MINTO, C.A. Educação especial: da LDB aos planos nacionais de educação – do MEC e proposta da sociedade brasileira. **Revista Brasileira de Educação Especial**. [S.L.], v. 6, n. 1, 2000.

MIRANDA, A.A.B. **História, deficiência e educação especial**. [S.L.], 2002. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1\\_15.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf)>. Acesso em: 22 abril 2018.

NEVES-SILVA, P.; P., F. G.; S., A. M. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2549-2558, 2015.

OLIVEIRA et al. O papel do professor de Educação Física na inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Año 20, Nº 203, Abril de 2015.

PEREIRA, J.A.; SARAIVA, J.M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão á inclusão social. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan./jun. 2017.

PUESCHEL, S. M. **Síndrome de Down**: guia para pais e educadores. Campinas: Editora Papirus, 1999.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

SEABRA JR.; L. **Inclusão, necessidades especiais e educação física**: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar. Campinas, Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física, 2006.

SCHWARTZMAN, José S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Editora Memnon, 1999. 324 p.

VALENGA, V. D. **A importância da Educação Física para os portadores de deficiência intelectual**. Medianeira, 2014.

WERNER, D. **Guia de Deficiências e Reabilitação Simplificada**. Brasília: Editora CORDE, 1994.